

A IGREJA CATÓLICA E O GOLPE DE 1964*THE CATHOLIC CHURCH AND THE MILITARY COUP OF 1964***Possidônio Barbosa Ferreira Júnior¹****Welson Barbosa²**

RESUMO: A Igreja Católica, nos diversos momentos do Golpe perpetrado pelos militares em 1964, buscou defender a dignidade humana, por mais paradoxais que foram as suas iniciativas: seja diante do medo dos equívocos da infiltração do comunismo na nação brasileira, seja diante da coragem ao encarar as atrocidades praticadas pelos militares contra leigos, clérigos, organizações civis e a sociedade em geral. A Igreja levantou a voz contra os militares, defendendo os direitos humanos que eram violados através da tortura, prisão e expulsão do país. Exerceram papel importante na defesa dos perseguidos pelo regime: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), podendo destacar alguns bispos como Dom Hélder Câmara, Dom Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga e outros; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sindicatos, pastorais e movimentos sociais. Isso aconteceu graças à renovação da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, do desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na América Latina e das organizações civis de base com grande repercussão no Brasil. A abertura política, após duas décadas de ditadura, firmou a participação do povo na escolha do presidente da república. A democracia participativa consciente ainda permanece como um desafio e ao mesmo tempo como esperança.

Palavras-Chave: Golpe Militar. Igreja Católica. Direitos Humanos. Renovação eclesial.

ABSTRACT: The Catholic Church, in the various moments of the coup perpetrated by the military in 1964, sought to defend human dignity, however paradoxical its

¹ É doutor em Filosofia pela Pontifícia universidade Lateranense de Roma, mestre em filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, professor de História da Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superior do Piauí (ICESPI) e presbítero da Diocese de Oeiras, Piauí.

² É licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI) e, atualmente, bacharelado em Teologia pelo mesmo Instituto.

initiatives were: fear of misunderstandings of infiltration of communism in the Brazilian nation, when facing the atrocities practiced by the military against lay people, clergymen, civil organizations and society in general. The Church raised its voice against the military, defending human rights that were violated through torture, imprisonment and expulsion from the country. They played an important role in the defense of those persecuted by the regime: the Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – should be highlighted some bishops, such as Bishop Hélder Câmara, Bishop Evaristo Arns, Dom Pedro Casaldáliga and others –; the Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); the Associação Brasileira de Imprensa (ABI); trade unions, pastoral and social movements. This happened thanks to the renewal of the Church as of the Second Vatican Council, the development of the Ecclesial Base Communities (CEBs) in Latin America and the grassroots civil organizations with great repercussion in Brazil. The political opening, after two decades of dictatorship, established the participation of the people in the choice of the president of the republic. Conscious participatory democracy still remains a challenge and at the same time a hope.

Keywords: Military coup. Catholic church. Human rights. Ecclesial renewal.

INTRODUÇÃO

Fazer uma reflexão histórica de um relacionamento entre duas instituições, que ao longo do percurso histórico da humanidade, ora estiveram atreladas, ora separadas, não é simples. Contudo, ao observar os dados a respeito do relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, na época da ditadura militar, encontrar-se-á uma Igreja atrelada ao Estado e depois separada dele, sendo até mesmo hostilizada pelos militares.

Essa reflexão pretende oferecer uma visão crítica e histórica da relação entre a Igreja Católica e o regime militar, durante o período que ficou conhecido como “interlúdio espartano”; e mostrar como a Igreja Católica esteve em defesa da vida e da dignidade humana, a partir dos esforços de renovação da Igreja trazida pelo Vaticano II.

Buscar-se-á oferecer um panorama da realidade histórica, eclesial, política e social. Primeiramente, será visto o processo de reciclagem da Igreja Católica, nas décadas imediatamente anteriores ao Golpe Militar de 1964. Depois, a luta de

algumas personalidades importantes, como Dom Hélder Câmara, em defesa da vida, dos direitos humanos, da liberdade de expressão. Por fim, uma perspectiva de vida, de esperança, após um período de perseguições, prisões, torturas e mortes.

1. O ALVORECER DA VIDA: processo de renovação da Igreja

O processo de *aggiornamento* da Igreja começou com vários movimentos no interior da instituição eclesial. O Concílio Vaticano II estimulou e favoreceu a renovação de mentalidade e de estrutura, e imprimiu um novo modelo da Igreja se relacionar com o mundo. Essa abertura de cunho universal foi determinante para outras aberturas de forma mais localizadas, como a que se processou na América Latina e no Brasil, a mudança de enfoque da Igreja, que passa a olhar a partir do pobre, à luz de uma teologia libertadora.

1.1 Concílio Vaticano II

A Igreja Católica no século passado fez uma autocrítica, a partir da constatação de um distanciamento que havia sido criado entre a Igreja e o mundo. A distância foi consequência do racionalismo moderno representado por diversos filósofos, com destaque para Descartes (1999, p. 62) e Kant (1974, p. 217; 223; 229; 231; 2005, p.15) os quais pregavam a autonomia do homem perante as instituições. A radicalização posterior dos seus princípios filosóficos foi criar uma sociedade secularizada. O Estado reconhece a prioridade e superioridade das leis do mercado sobre a lei da *pólis*, e o cidadão foi transformado em consumidor (BAUMAN 2000, p.59). Nessa situação, a Igreja se viu diante de uma crise. Para refletir sobre as causas que teriam gerado o distanciamento e procurar se aproximar do mundo, o Papa João XXIII convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II em janeiro de 1962. O problema não era uma heresia, como nos concílios anteriores, mas a consciência da distância existente entre a pregação da Igreja e a compreensão de mundo.

Desse modo, pode se afirmar com Regan (1986, p. 32) que “a crise era mais pastoral do que doutrinal, [...] estava relacionada muito mais com a forma de a Igreja exercer sua missão evangelizadora, do que com a compreensão da mensagem em si e a linguagem teórica usada em sua sistematização”. O objetivo do Concílio Ecumênico Vaticano II fora favorecer o diálogo da Igreja com o mundo moderno.

Dois documentos simbolizam essa virada copernicana no interior da Igreja: a constituição dogmática *Lumen Gentium* e a constituição pastoral *Gaudium et Spes*. A

Lumen Gentium trata da organização da Igreja, com sua hierarquia e ministérios; o que mudou foi a compreensão de Igreja “superclerical” para uma Igreja Povo de Deus. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* trata especificamente do diálogo da Igreja com o mundo moderno, enfatiza as alegrias e as esperanças de todos os povos são como alegrias e esperanças da Igreja, abrindo a porta para o diálogo fecundo com a sociedade.

Enquanto acontecia essa reviravolta no interior da Igreja Católica no mundo inteiro, o Brasil sofria uma terrível experiência de golpe militar em 1964. “Como reflexo direto do Concílio firma-se nesse momento, no interior da Igreja latino-americana, uma crescente preocupação com o povo pobre e as causas sociais” (ANDRADE, 2010, p. 200). Embora se saiba que, nos inícios da ditadura militar, parte da Igreja apoiava o golpe militar por medo de infiltração do comunismo na nação brasileira. A abertura ao caminho apontado pelo Concílio Vaticano II foi determinante para acolher a preocupação com a situação política e as causas de injustiça social.

1.2 Teologia da Libertação

Enquanto a atenção do mundo se voltava para as possibilidades de reformas da Igreja a partir do Vaticano, estava nascendo na América Latina, inclusive no Brasil, a Teologia da Libertação (TdL). Os teólogos, a partir da constatação das injustiças sociais e da pobreza que vivia a maioria da população, procuraram um método que possibilitasse ao povo simples a reflexão sobre a sua situação de exclusão e de condições subumanas em que vivia, a fim de libertá-lo dessa situação de marginalização.

Pode-se definir a Teologia da Libertação como uma: “teologia militante, ligada organicamente ao movimento operário e às suas vanguardas políticas. Reconhece como sujeito de criação teológica o sujeito da práxis: o movimento popular, organizado e consciente, que toma em suas mãos a responsabilidade da libertação da história, que é simultaneamente a libertação da natureza e da sociedade” (RICHARD, 1982, p. 23). Percebe-se que é uma reflexão teológica que nasceu da base, da realidade sofrida em que vivia o povo latino-americano. Realidade de opressão, de analfabetismo, de repressão. É uma tentativa de libertação de uma situação em que a dignidade humana é ferida. Faz que o sujeito da ação libertadora

seja o oprimido, a fim de evitar ideologias escravizadoras, que procuram manter a situação social, para manter o status do opressor.

A Teologia da Libertação “define a especificidade da fé, mas dentro de uma práxis política de libertação, isto é, dentro de uma práxis que procura entender e transformar a realidade contraditória, irracional e desumana do sistema de opressão capitalista” (RICHARD, 1982, p. 29). O sistema adotado pelos militares foi o sistema capitalista, que gerou uma concentração de renda cada vez mais assustadora em detrimento da grande massa da população que vivia em condições desumanas. “É inegável a influência da TdL na ação evangelizadora da Igreja no Brasil, país marcado por profundas injustiças e gritantes desigualdades sociais. Deu inclusive respaldo à luta pelos Direitos Humanos, constantemente desrespeitados pelo regime implantado em 1964” (MATOS, 2011, p. 199). Por isso, não é demasiado complicado entender porque vários teólogos, filósofos e educadores, de linha libertadora, tiveram que sair do Brasil para o exílio em outros países durante a ditadura militar.

Entre os resultados trazidos pelos regimes militares se encontra a “consolidação da teologia da libertação que passou a impregnar todas as forças progressistas nas pastorais, nos grupos e comunidades populares, e nas atividades políticas em prol da libertação” (WANDERLEY, 2003, p. 466). Quanto mais os defensores de uma libertação integral da pessoa humana eram perseguidos, torturados e mortos, mais se criava o anseio de libertação, que impregnava as classes pobres e os movimentos organizados dos trabalhadores e da Igreja. A perseverança, fruto de um desejo de libertação dos oprimidos, tinha sua fundamentação teórica nas reflexões produzidas pelos teólogos e educadores defensores da implantação da justiça social por meio de uma democracia participativa.

1.3 Renovação das estruturas da Igreja no Brasil

O Concílio Vaticano II e as reflexões produzidas pelos teólogos da libertação foram importantes para desencadear um processo de renovação das estruturas eclesiais da Igreja Católica no Brasil, favorecendo a organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a luta empreendida pelas pastorais sociais.

a) Organização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)

O povo começou a ser organizado em pequenas comunidades, chamadas de CEB's. Foram essas células organizadas a partir dos encontros para refletir a realidade em que se encontravam à luz da Palavra de Deus, que deram novo vigor à Igreja Católica no Brasil e a consciência da situação concreta na qual o povo vive (REGAN, 1986, p. 54).

Segundo Regan (1986, p. 55) “as três dimensões: transformar o mundo, ação da comunidade e força da Palavra de Deus, juntam-se dinamicamente para dar origem à CEB [...]”. A transformação do mundo, num contexto de opressão, de perda da liberdade, do exercício da cidadania, de pobreza, era premente devido aos Atos Constitucionais deliberados pelos militares que governaram o país. Por isso, uma das bandeiras das CEB's foi a transformação da realidade.

Entretanto, essa transformação não era algo feito por um salvador da pátria. Toda a comunidade participava da transformação. A realidade exigia a participação ativa da comunidade. A luta pela mudança era assumida por todos que compunham a comunidade eclesial. Nesse sentido, a mudança a ser feita teria que provir da ação das pequenas comunidades. A ação transformadora da comunidade tinha como base e fundamento a Palavra de Deus lida e relida a partir da realidade em que vivia a sociedade brasileira: pobreza, opressão, desigualdade social, enriquecimento de muitos em detrimento da grande massa da população. A Igreja, organizada em pequenas comunidades, consolidada no período da ditadura militar assume uma “vinculação com o povo empobrecido, para dar-lhe ‘voz e vez’, para assumir a defesa de seus interesses e propugnar transformações estruturais” (WANDERLEY, 2003, p. 466).

Enquanto a Igreja anterior ao Concílio Vaticano II parecia se distanciar do mundo, falando uma linguagem completamente diferente ou até mesmo fora da realidade. Na época ditatorial nasceram as CEBs, “pequenos núcleos de católicos que viviam a fé conjugada com a realidade social em que se situavam. Fala-se que elas ‘reinventaram a Igreja’ e passaram a constituir ‘um novo jeito de ser Igreja’” (MATOS, 2011, p. 199-200).

Essas comunidades reinventaram a Igreja, implementando um novo jeito de ser Igreja. Fez entender que a Igreja não é partidária, não se infiltra num partidarismo, mas ela está inteiramente ligada à situação política da vida do povo.

Nesse sentido, a Igreja deve atuar de forma a apontar o caminho a ser seguido em prol do bem comum e do progresso social, a fim de evitar qualquer tipo de desigualdade social. Assim, as CEB's tinham a intenção de lutar pelos direitos de todos, ou seja, de lutar pelo princípio do bem comum, que parecia distante da visão dos militares em seu processo desenvolvimentista do Brasil.

A pedagogia das CEBs é uma versão simples do processo usado por grupos da Ação Católica: ver, julgar, agir. O grupo reflete sobre uma situação problemática sentida pelos membros. Cada um contribui com sua experiência no assunto em discussão. O grupo olha para a situação à luz da fé, recorrendo à Bíblia, somando conhecimentos com o fim de descobrir a linha de ação que a Palavra de Deus está sugerindo para a presente situação. Por consenso chega-se à decisão sobre a ação da comunidade para enfrentar o problema (REGAN, 1986, p. 80)

Dessa forma, pode-se perceber a importância da atuação de diversas pessoas que comprometidas com a causa social e desconhecidas pela história, foram essenciais na luta pela defesa da dignidade humana e para a redemocratização do Brasil. Por sua luta contra as desigualdades e injustiças sociais, “[...] as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com seu caráter fundamentalmente popular, passaram a constituir uma base social importante no processo de redemocratização do país, e um número crescente de leigos se engajou na ação por uma sociedade mais justa” (WHITAKER, 2010, p. 76).

b) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Com o término do Concílio Vaticano II inaugurou uma nova fase de vida da CNBB. Uma grande e decisiva opção: “O carisma pessoal de seu fundador e secretário geral durante doze anos consecutivos (Dom Hélder Câmara) passou a ser coletivo, uma expressão do próprio órgão episcopal, constatação que se manifesta de forma bem expressiva durante o tempo do regime militar” (MATOS, 2011, p. 162).

A CNBB passou a ser o órgão representativo de todo o episcopado brasileiro e a ter respaldo diante das instituições sociais localizadas no Brasil e no mundo inteiro. Além disso, passou a ser a instituição que daria as orientações básicas às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e às pastorais e aos movimentos sociais ligados à Igreja.

O fim do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é marcado por grandes tensões. O modelo desenvolvimentista entra em descrédito, e acentuam-se os conflitos no campo em torno da socialização da propriedade rural. A eleição de Jânio Quadros (1961) causa profunda apreensão entre as classes dominantes, que o acusam de comunista. A brusca renúncia do chefe de Estado em meados daquele ano provoca aguda crise político-institucional, superada com a mudança do regime presidencialista para parlamentarista, por imposição dos militares, como condição para aceitar a posse do vice-presidente João Belchior Marques Goulart (7-9-1961), popularmente conhecido por Jango. Um plebiscito trouxe de volta o presidencialismo (1963), mas o projeto de reformas do governo, em especial a reforma agrária, levou direto ao golpe de estado (31 de março de 1964), iniciando o Regime Militar que se estenderia até 1985 (cf. MATOS, 2011, p. 170).

O que pretendiam os militares ao assumir o poder executivo do Brasil na década de sessenta? Segundo Barros (2003, p. 159), “em 1964, ao assumir o poder, os militares estavam unidos em torno de dois pontos fundamentais: Segurança Nacional e a necessidade de um programa de purificação ideológica e ética, afastando definitivamente do cenário político os elementos corruptos e subversivos”. Estava em jogo a Segurança Nacional por causa da possibilidade iminente dos comunistas infiltrarem no Brasil e tomarem as rédeas do país, como ocorrera em alguns países no período da Guerra Fria, na qual disputavam dois grandes blocos: os Estados Unidos, representante do bloco capitalista, e a União Soviética (Rússia), representante do bloco comunista ou socialista. Além disso, a corrupção reinante desde que o Brasil foi colonizado também foi usada pelos militares como argumento para convencer a população de que a tomada do poder pelos militares era necessária.

Na declaração oficial de 2 de junho de 1964, a Comissão Central da CNBB agradeceu aos militares e, ao mesmo tempo, manteve algumas reservas ao movimento militar:

Ao redermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do

comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades de materialismo [...] (MATOS, 2011, p. 171).

Percebe-se, nessa declaração, que a CNBB, embora seja a favor num primeiro momento ao Golpe Militar de 1964, manteve a visão, que sempre foi defendida pela Igreja, de que o caminho para resolver o problema não seria a repressão policial aos comunistas, mas uma política pública que visasse a superação das injustiças sociais, fruto do capitalismo. Questão que até hoje não fora resolvida.

Os militares não eram unânimes em seus posicionamentos. Ao longo da ditadura podem-se constatar três posicionamentos diferentes dos generais, que assumiram o governo do Brasil. O primeiro se refere ao grupo dos “Sorbbone”, que ocupou o poder com Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo. Segundo Barros (2003, p. 159), “propugnava o alinhamento com os Estados Unidos e maior integração com o sistema capitalista internacional; manutenção das instituições democráticas, embora controladas pelo poder Executivo [...]; repressão moderada aos opositores, preferivelmente através de coerção política, social e econômica” (BARROS, 2003, p. 159), sendo que o poder seria devolvido aos civis no médio prazo concluído o saneamento político e o aparelhamento adequado do Estado.

O segundo grupo ficou conhecido como “linha dura”. Pertenciam a esse grupo o general Garrastazu Médici e o presidente Costa e Silva. Foi o período em que a ditadura ganhou corpo, pois houve maior repressão a qualquer indício de oposição ao regime. Os anos de 1970 a 1973 ficaram conhecidos como a época de chumbo, período em que Médici permaneceu no poder. Várias pessoas foram presas, torturadas e mortas, dentre elas estavam sacerdotes e leigos engajados nos movimentos contra o regime militar. Os militares desse grupo “davam prioridade total ao crescimento econômico com relativa estabilidade de preços, deixando, porém, seus custos caírem pesadamente sobre as classes trabalhadoras e os segmentos de menor poder aquisitivo” (BARROS, 2003, p. 159). Nessa época, expandia-se no Brasil o chamado “milagre econômico” com grandes obras, que anesthesiava a população diante daquilo que ocorria nos porões da ditadura militar. Além disso, sustentavam que os militares permanecessem no poder por tempo indeterminado, até o momento em que julgassem favorável aos civis assumir o poder.

O terceiro grupo conhecido por “nacionalistas autoritários” semelhava-se à “linha dura” quanto à permanência dos militares no poder e distanciavam-se quanto à concepção de política econômica. Colocava “maior ênfase na distribuição de renda para corrigir [...] os desequilíbrios regionais entre o Centro-sul e as demais regiões do País [e] os desequilíbrios sociais, favorecendo as camadas de baixa renda” (BARROS, 2003, p. 160). Como se pode notar, várias foram as concepções políticas e econômicas dos militares no período da ditadura.

O governo de Castelo Branco (1964-1967) pode ser dividido em duas etapas: a primeira caracterizou-se como uma operação destinada a pôr ordem na casa e a última foram as medidas tomadas para reduzir a inflação e obter a estabilidade econômica com uma economia liberal. O grupo “linha dura” e o grupo dos “nacionalistas autoritários” pretendiam derrubar o governo e começaram a se articular no Rio de Janeiro. “Castelo foi obrigado a assinar o Ato Institucional n. 2, [que] ampliou [...] o poder do Presidente (conferindo-lhe [...] a prerrogativa de suspender o Congresso por decreto); dissolveu os partidos políticos; estendeu os poderes dos tribunais militares; e deixou porta aberta para futuros atos complementares” (BARROS, 2003, p. 162). Iniciam-se os atos abusivos contra a liberdade, a democracia e a imparcialidade da justiça. A Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e Lei de Reforma Agrária foram as marcas da segunda etapa de seu governo.

Costa e Silva (1967-1969) chegou ao Planalto com a ideia de imprimir uma face mais humana ao regime. No entanto, teve que aceitar as exigências dos grupos que o fizeram chegar ao poder: “linha dura” e “nacionalistas autoritários”. Ele publicou o Ato Institucional n. 5, que aumentou o poder repressivo do Estado, gerando ondas de violência nunca visto antes na nação brasileira. O grande fracasso de seu governo se deu na área sociopolítica,

O ônus que o programa de estabilização fizera recair sobre as classes menos favorecidas e a institucionalização em maior escala da força repressora e da tortura começaram a mobilizar a opinião pública e levaram até mesmo setores inicialmente simpáticos ao governo militar a uma mudança de posição. [...] os estudantes [...] desfilavam pelas ruas em protesto contra o governo [militar]. A repressão com que o governo respondeu aos protestos tornou-se combustível jogado na fogueira, pois ela atingia agora não apenas as classes trabalhadoras e os políticos e demais líderes suspeitas de conivência com o governo de João Goulart, mas também as parcelas

jovens das elites e, de tabela, agredia suas famílias (BARROS, 2003, p. 168).

A constatação de que o processo democrático se distanciava cada vez mais, “levou vários movimentos de esquerda a optarem pela violência como instrumento de oposição e desestabilização do regime” (BARROS, 2003, p. 168). Tudo isso fruto do Ato Institucional n. 5 que ampliou os poderes do Presidente, concedendo-lhe poder total e arbitrário, a fim de recuperar a estabilidade política e social. O efeito foi contrário, pois aumentou a repressão, conseqüentemente, a violência. Desse modo, o Ato Institucional n. 5 foi um atentado público aos Direitos Humanos. A CNBB se pronunciou em fevereiro de 1969 sobre a situação criada pelo Ato Institucional n. 5:

A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento e de informação; ameaça à dignidade da pessoa humana, de maneira física ou moral; institui um poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados, e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade (MATOS, 2011, p. 195-196).

Os documentos “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”, dos bispos do Nordeste, “Comunicação Pastoral ao Povo de Deus”, da Comissão Representativa da CNBB de 1976, e “Exigências Cristãs de Ordem Política”, de 1977 “constituíram-se em uma das poucas oportunidades de se romper com o silêncio imposto pela censura e com a mordaza que nesses anos pretendia calar qualquer voz crítica ao regime militar, a seus atos e à sua ideologia” (ANDRADE, 2010, p. 204). A Igreja tornou-se voz daqueles que não tinham voz. Por isso, que após seus pronunciamentos e posicionamentos contrários à opressão, vários bispos e padres foram presos ou, no caso de estrangeiros, deportados para os seus países de origem.

Assim, a Igreja atraiu sobre si a censura, a opressão, a perseguição. Pela primeira vez na história nacional houve *uma explícita ruptura* com o poder político dominante, com uma decidida aproximação ao povo: “a Instituição Eclesiástica passa a buscar legitimação não mais no Estado moderno e autoritário, mas nos pobres, nos marginalizados e em todos os excluídos por um progresso que chega somente para alguns” (DAL CORSO, 1997, p. 193). Para o Exército, estava-se tramando uma subversão da tradicional ordem cristã e, por isso, esses setores da

Igreja Católica constituíam uma séria ameaça à Segurança Nacional. Os Bispos não agiram nem estavam sozinhos. Tiveram apoio das pastorais sociais, delas faziam parte leigos engajados, que lutavam pela restituição da liberdade e pela justiça social. Esses mesmos leigos, pessoas de boa vontade, participavam das CEB's e das Pastorais Sociais.

c) Pastorais Sociais

Diante dos desafios sociais, a Igreja se viu obrigada a criar serviços e pastorais que enfrentassem de maneira organizada as dificuldades e sofrimentos do povo. No período da ditadura militar criaram-se vários serviços e várias pastorais de enfrentamento do problema agrário, indígena e da injustiça praticada pelos governantes.

Diante das injustiças do regime militar instaurado, a mobilização dos jovens católicos (agrários, estudantis, independentes, operários, universitários) assumiu grande força social para a participação da vida política do país. Com suas reivindicações, protestos e manifestações, o movimento influenciou significativamente os rumos da política nacional. Muito embora as autoridades militares tenham reprimido os grupos e movimentos, oprimido as lideranças e desarticulado as organizações representativas, a luta contra a ditadura foi travada com a bandeira das liberdades democráticas, o fim das prisões e torturas e anistia ampla, geral e irrestrita.

Com a investida do governo na exploração da Amazônia, dando concessão de terras a pecuaristas e exploradores de minério, nos anos 70, a presença da Igreja é ampliada e intensificada junto ao povo do interior na defesa de “posseiros” e lavradores explorados. Dom Pedro Casaldáliga, prelado de São Félix de Araguaia, lança uma Carta Pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, em 10 de outubro de 1971, “dizendo [...] que ‘o que vimos nos deu a evidência da iniquidade do latifúndio capitalista, como pré-estrutura social radicalmente injusta; e nos confirmou na clara opção de repudiá-lo’” (DAL CORSO, 1997, p. 290).

Os direitos das nações indígenas foram um dos setores de atuação da Igreja. “A implantação do modelo econômico baseado [...] na prioridade ao crescimento e na estabilidade de preços, cujo ônus deveria cair sobre as classes trabalhadoras,

acelerou a violação dos direitos indígenas e a ocupação das terras por fazendeiros e outros aventureiros pouco escrupulosos” (BARROS, 2003, p. 184). Em 1972, foi criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com o objetivo de coordenar as atividades e o envolvimento da Igreja com os índios e de defender as terras e as culturas indígenas.

Para enfrentar o problema da Reforma Agrária, a Igreja constituiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), resultado de uma conferência nacional sobre o desafio agrário brasileiro, na cidade de Goiânia, realizada em junho de 1975 pela Comissão Nacional Justiça e Paz, da CNBB. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tinha “o objetivo de avaliar programas de reforma agrária; tomar conhecimento de casos de injustiças e denunciá-los; encorajar grupos diocesanos a organizar assistência jurídica aos injustiçados; lançar campanhas de informação aos agricultores e aos agentes de pastoral” (BARROS, 2003, p. 183). A Igreja prestou esse serviço de articulação e assessoria aos trabalhos pastorais em prol dos camponeses, “cujas terras estavam sendo ameaçadas por grileiros e grandes empresas agrícolas, apoiadas pelo regime militar que queria ‘integrar’ a região amazônica no macroprojeto do ‘Brasil grande’” (MATOS, 2001, p. 204). A Comissão Pastoral da Terra não ficou restrita apenas à região amazônica, mas também se expandiu para todo o Brasil.

2. DEFESA DA VIDA: a luta pela defesa da vida e da dignidade diante das estruturas políticas

O principal alvo da Igreja Católica sempre foi e é a defesa da vida em plenitude e da dignidade humana. Essa verdade se torna mais evidente em períodos da história em que a Igreja precisa se posicionar em defesa dos pobres, dos marginalizados e perseguidos, e conseqüentemente, se opõe aos ideias dos poderosos, da elite, nesse caso do Brasil, contra os militares. Por isso, a Igreja lutou contra a repressão e a tortura e pela defesa dos direitos humanos. No entanto, ela não lutou sozinha, mas juntamente com as instituições da sociedade civil, como a OAB e os sindicatos.

Mesmo na luta pela defesa da vida, nem sempre a Igreja esteve em afrontamento com os militares. É o que se vai ver aqui ao abordar o apoio ao golpe e oposição ao regime.

2.1 A luta contra a repreensão e a tortura e a defesa dos direitos humanos

A luta contra as atrocidades praticadas pelos militares contou com a coragem de clérigos e leigos. Eles arriscaram suas vidas na defesa dos direitos humanos, que estavam sendo violados pela repreensão violenta e tortura daqueles que se levantavam contra o regime estabelecido.

a) A atuação de alguns representantes

Além da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e das Pastorais Sociais, a Igreja contou com a influência de grandes figuras de respaldo como Dom Hélder Câmara (1909-1999) e com Dom Paulo Evaristo Arn's, que se dedicaram e empenharam todas as suas forças em defesa da vida. Levantaram a voz contra o sistema opressor, defendendo os presos políticos, os pobres, os excluídos e os marginalizados.

Firme foi a voz de Dom Hélder Câmara na defesa da dignidade humana, em meados de junho de 1964, no mesmo período em que a CNBB se pronunciou agradecendo aos militares, ele adverte publicamente:

Nós apoiamos largamente aqueles que pensam e dizem que sem reformas fundamentais – autênticas e não aparentes, democráticas e cristãs – a revolução se perderá. [...] Nós continuaremos a nos bater pela promoção humana de milhões de brasileiros que vivem em condições subumanas. Como: pela educação de base, que leva ao sindicalismo rural, ao sistema cooperativo, à organização da comunidade. Sem reformas, é impossível superar o obstáculo do subdesenvolvimento e manter a paz social. [...] Sem reforma agrária, a situação quase desumana dos trabalhadores rurais persistirá. (MATOS, 2011, p. 172-173).

Suas palavras deixam clarividente que o Brasil não precisava naquele momento apenas de uma mudança de governantes, mas necessitava de reformas fundamentais baseadas na democracia. A paz social estava em perigo. Pela sua experiência política e educacional, Dom Hélder estava convencido que o governo militar não resolveria o problema, visto que o problema não era apenas político. A situação pede mudanças na área econômica, na divisão das terras, na condição em que viviam os trabalhadores, e principalmente, na área educacional. Esta última, a

Igreja conhecia bem as suas dificuldades, pois era responsável pelo ensino através do Movimento de Educação de Base (MEB).

A pregação de Dom Hélder conseguiu “penetrar e fermentar camadas mais vastas da Igreja em quase todo o País, diante do confronto com o regime que conferia baixíssima ou nula prioridade aos urgentes e candentes desequilíbrios e desajustes sociais” (BARROS, 2003, p. 182). Ele sempre defendeu a causa dos pobres, daqueles que viviam em condições insalubres nas periferias brasileiras, tomando como base a injustiça social de Olinda-Recife, onde atuava como arcebispo.

O acontecimento mais significativo e mais chocante desse período, na Igreja do Nordeste, foi o assassinato, em Recife, do padre Antônio Henrique Pereira Neto, aos 28 anos de idade, assessor da Pastoral da Juventude Universitária na Arquidiocese, em 1969. Segundo Pinheiro (2003, p. 262), “nunca foi desvendado, oficialmente, o mistério da morte do padre Antônio Henrique, mas todos os que acompanharam o desenrolar do processo estão convencidos de que a motivação do crime era atingir o movimento estudantil e o trabalho profético da arquidiocese de Olinda e Recife, sobretudo dom Helder Câmara”.

Outro bispo que buscou defender os direitos humanos foi Dom Paulo Evaristo Arns. Ele assumiu a arquidiocese de São Paulo em outubro de 1970. Antes de ser bispo, não tinha destacada influênciano contexto nacional, era escritor e dirigente da JOC - Juventude Operária Católica. A partir de 1966, desenvolveu suas atividades em São Paulo e, naquele momento, estabeleceu um relacionamento com os presos políticos dominicanos por orientação do Cardeal Agnelo Rossi (LANZA, 2001, p. 53). Para buscar a paz e a justiça, Dom Paulo Evaristo Arns criou juntamente com leigos a Comissão Justiça e Paz, na Arquidiocese de São Paulo. Comissão que futuramente se expandiria para todo o país, com o auxílio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que assumiu a promoção da justiça e da paz.

Conforme Barros (2003, p. 181) “o posicionamento do cardeal Evaristo Arns, atuando de maneira clara, rápida e decisiva em um centro de relevância de São Paulo, [...] conferia à Igreja uma força moral de alto quilate [...]”. A posição assumida pela Igreja, dada a liderança eficaz de Dom Paulo Evaristo Arns, garantiu a notoriedade da instituição eclesial perante a sociedade. Assim, os militares

preferiram esquivar um pouco no ataque à Igreja nesse momento, com medo de obscurecer a imagem do Brasil no exterior.

Para propagar a imagem de bom relacionamento com a Igreja Católica, manteve-se a comissão Bipartide, criada em novembro de 1970 no Rio de Janeiro, então cidade sede da CNBB. A importância dessa comissão se fundava menos no respeito que os militares pudessem ter pela Igreja ou por membros da hierarquia católica, “e mais pela pressão sobre o governo causada pela ação de denúncia pública, nacional e internacional [...], exercida pela CNBB e por membros destacados da hierarquia como Dom Paulo Cardeal Arns” (ANDRADE, 2010, p. 203). Este exerceu um papel solidário e incondicional a favor de presos políticos, dos direitos humanos e do Estado de Direito. Essa era a bandeira de luta e defesa do Cardeal Evaristo Arns.

O marco final vitorioso da luta contra a tortura de presos políticos foi a publicação do livro *Tortura nunca mais*, sob a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns. O livro foi fruto do trabalho realizado da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, que contou com a colaboração de leigos e pastores de outras igrejas.

b) Movimentos estudantis e sociais

A partir de 1945, a Ação Católica no Brasil divide-se em setores específicos voltados para os meios sociais a serem evangelizados: o mundo rural, estudantil, independente, operário e universitário. É notável o interesse pelo engajamento efetivo do leigo na realidade social.

A Ação Católica Especializada (ACE) foi um movimento eclesial de grande envergadura: “lançou e vitalizou as bases de uma promissora renovação pastoral em sintonia com a realidade brasileira. Deu origem às pastorais ambientais [...]. [Foi] a primeira tentativa de equacionar seriamente pensamento cristão, vivência eclesial e mudança de estruturas sociais” (MATOS, 2011, p. 140). Esse movimento contou com a colaboração de Dom Hélder Câmara, que ficou responsável pelo acompanhamento dessa ação da Igreja no Brasil.

A Igreja Católica além de se fazer presente no meio social, da realidade do povo pobre, atuou no ambiente universitário com a Juventude Universitária Católica (JUC) e na realidade dos operários com o grupo da Juventude Operária Católica (JOC).

A Juventude Universitária Católica (JUC) não era um movimento de massa, mas de militantes. Daí o número pequeno e limitado de participantes. Era um grupo vigoroso em sua busca de justiça social, até a década de 1950. Após o golpe militar os seus membros se afastaram da hierarquia da Igreja Católica e assumiram posições marxistas; foram perseguidos, presos e torturados pelo sistema opressor. A Juventude Universitária Católica veio a morrer como instituição em 1966. Formou-se com o restante de seus membros a Ação Popular, que foi sucumbida e reduzida a pó pelos militares.

A Juventude Operária Católica (JOC) era uma experiência originária da Bélgica, com o Padre Cardijn. “Destinava-se à evangelização dos jovens operários [...]. Seu método consistia em conhecer o meio-ambiente do jovem trabalhador, indo às causas dos problemas, estudar os fatos à luz da doutrina cristã e atuar eficazmente na transformação do meio” (MATOS, 2011, p. 144). Era uma *formação na ação*, que tinha como objetivo conciliar a pedagogia e a formação ativa dos militantes com a transformação do meio social em que viviam. No período da ditadura militar, conhecido como prelúdio espartano, não resistiu às perseguições e violências infligidas contra seus membros.

Um movimento de grande relevância para a Igreja e para a educação brasileira antes e durante o regime militar foi o Movimento de Educação de Base (MEB). Sua origem se deve ao Movimento de Natal que primava pela educação dos camponeses mediante as escolas radiofônicas (1958). Surgiu em 1961, quando a CNBB decidiu assumir a experiência das escolas radiofônicas de Natal e estendê-las às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E seu grande baluarte foi o pedagogo Paulo Freire, que ofereceu seu método de alfabetização-conscientização.

Segundo Matos (2011, p. 151) “a educação ‘de base’ pretendia ser *integral*. [...] Sua meta era o desenvolvimento pessoal e comunitário, com instruções práticas no campo da saúde e da agricultura, incluindo princípios de democracia política e direito sindical”. Os setores conservadores da sociedade sentiam-se incomodados pelo que estava acontecendo. Ao sentirem-se ameaçados pela iniciativa da Igreja de conscientização da massa da população (camponeses, operários), os detentores do poder passaram a perseguir os professores e alguns bispos. Houve um conflito aberto quando o Movimento lançou uma *cartilha* intitulada *Lutar é viver*. Carlos Lacerda (1914-1977), então governador do estado de Guanabara, mandou a polícia

apanhar os exemplares, alegando infiltração de ideias comunistas altamente subversivas.

Os movimentos sociais e estudantis revelam a sociedade política como uma pluralidade que exprime a multiplicidade das articulações de um sistema em vista da justiça social (LEVINAS, 1980. P.194). É mais do que criar um Estado por desejo de abandonar a condição miserável de violência, como caminho para criar semelhante poder comum capaz de defende-lo, assegurando-lhe a vida (Hobbes, 1973. P.327).

2.2 A Igreja em comunhão com a sociedade civil

A Igreja desde o início da década de 1970 concentrara seus esforços em quatro setores específicos: direitos humanos, avaliação crítica do modelo econômico, agravamento do desafio agrário, sobrevivência e respeito aos direitos das populações indígenas. Levantaram a voz a favor dos direitos humanos alguns bispos, dentre eles Dom Hélder e Dom Evaristo Arns, conforme foi visto anteriormente. E alguns pronunciamentos da CNBB fizeram ecoar a denúncia de um sistema econômico que baseado no capital estrangeiro massacrava a imensa população pobre do país. Em relação ao problema agrário, a Igreja criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Por fim, para defender os direitos indígenas criou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Entretanto, não foi apenas a Igreja Católica que se posicionou diante da realidade. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), alguns órgãos representativos de setores da economia e os sindicatos das classes trabalhadoras também se pronunciaram a respeito da conjuntura social, política e econômica criadas pelo Golpe de 1964.

A partir de 1972, a OAB resolveu assumir uma postura mais incisiva em face da violação dos direitos humanos por parte do aparelho de repressão. “Nesse ano sua direção lançou um manifesto asseverando que a primazia da lei é causa de fundamental relevância para um país e que não se pode esperar paz onde não há justiça nem liberdade” (BARROS, 2003, p. 185). A OAB torna-se a segunda instituição a levantar a voz diante do sistema de opressão, prisão e tortura desencadeado pelos militares.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não apenas lançou um manifesto, mas sim posteriormente, em agosto de 1974, a Convenção Nacional da Ordem

resolveu lançar uma campanha para exigir a restauração do *habeas corpus*, a revogação do AI-5, e a proclamação de uma anistia, buscando ao mesmo tempo chamar a atenção da opinião pública sobre a ilegitimidade do governo militar, regido por uma Constituição que não era produto de uma Assembleia Nacional Constituinte, devidamente eleita pelo povo (BARROS, 2003, p. 185).

Com essa convenção e campanha, começam a vislumbrar um novo modelo de administração pública do Brasil, não baseado na violência e na repressão, mas sim na justiça e na democracia participativa. Os advogados do Brasil, organizados em sua Ordem, começam a juntar forças com a instituição eclesial, a fim de restituir a liberdade e a paz aos brasileiros.

A terceira instituição a se pronunciar a respeito da situação provocada pelos últimos acontecimentos e pelas decisões dos militares no setor econômico, foram os órgãos representativos dos empresários. Estes reunidos em novembro de 1977, “o IV Congresso das Classes Produtoras fez um apelo para um novo programa de desenvolvimento econômico e social por meio do diálogo em uma sociedade pluralista, dotada de um poder econômico descentralizado” (BARROS, 2003, p. 186). Como o governo estava imbuído de ideias capitalistas de Washigton (EUA), não deu ouvidos ao apelo dos empresários brasileiros.

A quarta instituição, que colaborou no restabelecimento do diálogo entre o a sociedade civil e os governantes, foram os sindicatos das classes trabalhadoras. Não mais um sindicato ingênuo, pelego, ligado aos patrões e ao governo, mas sim um sindicato autônomo: “chegava-se finalmente no Brasil a estabelecer a ponte direta entre operários, que desenvolviam seu trabalho nos galpões da fábrica, e seu representante sindical, para entabular um diálogo direto com a direção da empresa” (BARROS, 2003, p. 187). Essa conquista se deve ao Movimento de Educação de Base (MEB) que conscientizara as classes trabalhadoras. O diálogo entre patrões e empregados era um germe daquilo que seria estabelecido no sistema político brasileiro, a democracia participativa.

2.3 Apoio ao golpe e oposição ao regime militar

O regime militar recebeu apoio da Igreja, principalmente, nos momentos imediatamente posteriores ao golpe de 1964. Diante da ameaça de que, por ação do então presidente João Goulart, um regime comunista viesse a se implantar no Brasil,

o episcopado, majoritariamente, acaba por apoiar o golpe militar de 1964, que interrompeu o processo democrático e instaurou a ditadura no país. “Deve-se destacar que, apesar do apoio dado ao golpe, alguns setores do episcopado mostravam-se preocupados com a necessidade de que o governo militar desse curso às reformas sociais que este mesmo grupo vinha defendendo como imprescindíveis para o futuro do Brasil” (ANDRADE, 2010, p. 200). O apoio ao golpe estava fundamentado no medo de infiltração comunista no Brasil e na estreita ligação existente entre a Igreja Católica e os governantes, até aquele momento histórico.

Com a derrubada do governo pelos militares, “membros da comunidade católica (bispos e leigos) continuaram sustentando o regime militar instalado e defendendo a perseguição dos comunistas e adeptos, até mesmo no seio da seara católica, principalmente utilizando os programas radiofônicos e a imprensa” (WANDERLEY, 2003, p. 464). A preocupação principal da Igreja era manter o Brasil livre dos comunistas. Estes eram considerados os inimigos número um da religião. Tendo em vista a sua concepção de uma sociedade livre de qualquer instituição que privasse as classes trabalhadoras de chegar ao poder.

Quando as prisões arbitrárias e a tortura passaram a atingir membros do clero, religiosos e religiosas, leigos ligados à hierarquia e parentes diretos de alguns bispos, amplos setores da hierarquia, mesmo aqueles de posição moderada e muitas vezes conservadora, dão-se conta da necessidade de intervir contra o governo militar e colocar-se na defesa do Estado Democrático de Direito. Mesmo alguns membros que se colocaram a favor dos militares são hostilizados por se colocarem contra aos atos autoritários do governo, lesando cada vez mais os direitos humanos.

O acúmulo de conflitos foi azedando o relacionamento, principalmente depois das acusações e perseguições a pessoas do episcopado. Aconteceram duas rupturas entre a Igreja e os militares. Segundo Wanderley (2003, p. 465), a primeira ruptura se deu “por um documento elaborado por peritos e sob a coordenação de um bispo, que faz duras críticas aos ideólogos da geopolítica e à Doutrina de Segurança Nacional [...]” e a segunda ruptura “surge com a constatação do clima social reinante no país e as injustiças cometidas pelo regime”. As reações dos militares de alta patente foram diversas. Uma delas foi utilizar os meios de

comunicação para fazerem discursos e darem depoimentos e entrevistas “acusando a hierarquia da Igreja e a CNBB de estarem a serviço do comunismo internacional. Padres são presos e muitas vezes torturados, alguns são condenados por tribunais militares e outros, por serem estrangeiros, são expulsos do Brasil [...]” (ANDRADE, 2010, p. 202). Contudo, a ruptura não se deu totalmente, visto que ainda permaneceu uma comissão Bipartirde de conservação do diálogo entre o governo militar e a Igreja Católica.

3. PERSPECTIVA E ESPERANÇA DE VIDA

Não obstante as perseguições, as torturas e prisões acontecidas, a Igreja sempre teve a esperança de dias melhores para o País. Por isso, incentivou e organizou juntamente com outras instituições a campanha pela redemocratização do Brasil, através das “Diretas Já”. Tudo isso sem perder de vista a verdadeira identidade cristã de seus membros. Desse modo, a militância política, a luta pela transformação social, pela justiça social têm sentido nos verdadeiros valores que defendem e promovem a dignidade humana.

3.1 Contribuição da Igreja para a democracia participativa: Diretas Já

O confronto que houve entre a Igreja e os militares foi importante para a redemocratização do país. Várias personalidades do episcopado brasileiro levantaram a voz e defenderam os direitos humanos, a liberdade e a justiça social. Além disso, quando a Igreja percebeu que o regime militar não era a melhor forma de governo para a estabilidade econômica, para a promoção humana e nem para a paz social, envidou esforços para voltar ao sistema democrático.

O presidente João Batista Figueiredo, na década de 1980, teve de reconhecer em público a crise financeira e econômica que afligia o país naquele momento. A inflação havia chegado a 211%. A taxa de desemprego agravou-se. O país se via à beira de um colapso. A crise econômica influenciou na abertura política para a redemocratização do país e não permitiu que se adiassem as discussões sobre o prosseguimento da abertura e o futuro da nação. Segundo Barros (2003, p. 204), “os observadores apontam três fatores como os principais responsáveis para esse desenlace: a tentação do continuísmo, a mobilização popular da campanha pelas

‘diretas já’ e a desestabilização do PDS provocada pela candidatura de Paulo Salim Maluf”.

O então presidente da república, o General João Batista Figueiredo queria prorrogar seu mandato por mais dois anos, sob o pretexto de completar mais suave e seguramente o processo de abertura. Em março de 1983, o deputado mato-grossense, Dante de Oliveira, apresentou uma emenda constitucional submetendo a próxima eleição presidencial ao voto popular por meio de eleições diretas. A emenda Dante de Oliveira não conseguiu ser aprovada, mas chegou perto dos dois terços exigidos do voto dos deputados. “Mas a campanha das ‘diretas já’ significou um divisor de águas no processo de abertura, enviando uma mensagem clara a todas as lideranças nacionais sobre a orientação que o povo desejava fosse dada a esse processo em marcha” (BARROS, 2003, p. 205).

A campanha ganhou repercussão porque as instituições como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Confederações e Federações da Indústria, do Comércio e das diversas categorias de Trabalhadores se uniram em prol da redemocratização do Brasil. Essa articulação levou a sociedade a se organizar de tal maneira que não havia outra alternativa senão dar início ao processo de eleição direta. A “[...] campanha das ‘diretas já’ demonstrou sobejamente que a sociedade civil [...] estava mais madura e ansiosa de reassumir sua participação democrática do que as lideranças nacionais, que haviam assumido o poder durante duas décadas [...]” (BARROS, 2003, p. 210).

Com o decurso do processo de redemocratização do Brasil, após duas décadas de regime militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não hesitou em dar declarações a respeito do novo rumo que a política brasileira estava prestes a tomar. Nas *reflexões sobre a conjuntura política de 1981*, os bispos declararam que “só uma decidida volta a valores éticos pode devolver a dignidade do processo político e levar a nação à grandeza de seus destinos. Em nosso país isso exige [...], deslocar, sem mais, o poder político do favorecimento a grupos e colocá-lo decididamente a serviço do bem comum” (REGAN, 1986, p. 282). Esse é um desafio que até hoje os brasileiros enfrentam. Os valores éticos parecem que não é um elemento constitutivo da política, mas apenas um anexo que não é lembrado nas decisões eminentemente políticas. Isso acontece quando tais

decisões não favorecem ao bem comum, e sim a grupos em troca de favores políticos.

Ao indicar a nova perspectiva da política no Brasil, dentro do contexto do golpe militar, percebe-se que a CNBB indica a vinculação entre a democracia política e a democracia social. Não basta a escolha do governante do país pelo povo através do voto direto. É preciso que a política esteja a serviço do bem comum, ou seja, da sociedade como um todo, buscando superar as desigualdades sociais. A democracia social permite que todos os grupos, que as minorias participem do processo democrático. Instaurada a Assembleia Constituinte, com o objetivo de confeccionar uma nova constituição, a CNBB se organizou para apoiar a participação popular por meio de um boletim que publicava semanalmente o andamento do processo constituinte. Segundo Wanderley (2003, p. 468), “a tônica do discurso enfatiza os *direitos políticos* como indispensáveis, porém a primazia passa para os *direitos sociais*, considerados como um imperativo ético e político”.

3.2 *Identidade cristã e militância política* – perspectivas de esperanças

A identidade é aquilo que caracteriza de modo particular uma coisa, uma pessoa. A identidade cristã faz referência a Jesus Cristo. Aquele que segue Jesus Cristo é chamado cristão e deve identificar-se com seu mestre em palavras e atitudes. Portanto, a identidade cristã se refere a identificação existente entre o proceder do discípulo de Jesus e o seu mestre. Será que o cristão pode ser um militante político? Esse questionamento surgiu quando os defensores do Estado Democrático de Direito se viram confrontados com a fé e a possibilidade de se lançarem na carreira política.

A Igreja possui duas dimensões: uma humana, outra divina. Enquanto instituição humana é uma organização social complexa inserida no seio das sociedades, na história concreta, pertencente à sociedade civil, estruturada com funções, hierarquia, ordens. Enquanto instituição divina tem sua origem na missão recebida de Jesus Cristo. Embora sua missão seja evangelizadora, de caráter eminentemente pastoral, a Igreja não é apolítica. Pois participa junto com todas as instituições e todos os povos das vicissitudes políticas do momento presente.

Para clarificar ainda mais a relação entre religião e política, a Igreja possui a Doutrina Social que:

orienta-se numa ótica geral, pela defesa de um Direito Natural, no qual os direitos dos indivíduos e da família antecedem ao Estado, o que a conduziu à postulação do princípio de subsidiariedade, segundo o qual o Estado fomenta, estimula, coordena, supre e complementa, sem destruir ou absorver, sociedades menores e os indivíduos. A Igreja parte de uma concepção de “comunidade humana”, seguida de comunidades menores (família e associações, com destaque para a “comunidade política”) que abarca a vida cívica, a promoção do bem comum, as relações dos cidadãos entre si e com o poder público, os direitos e os deveres das pessoas/cidadãos, o exercício da autoridade e seus limites (WANDERLEY, 2003, p. 461).

Tendo como base a Doutrina Social da Igreja, percebe-se o valor da política. Esta compreende o poder, as formas de governo, a administração, a gestão, a cidadania, a cultura, as políticas públicas e sociais, os poderes governamentais (Executivo, Legislativo, Judiciário), os partidos políticos, o processo eleitoral, novas formas de representação (Conselhos, ONG's), movimentos, processos de reformas e revoluções. Desse modo, “a participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum” (REGAN, 1986, p. 290). A falta de educação política e a despolitização de um povo consolidaria a alienação da liberdade, gerando uma crise profunda da política e a degradação da dignidade humana.

A militância política de vários cristãos levou os bispos a afirmarem, na declaração *Exigências éticas para uma ordem democrática*, publicada em 1988, que a participação direta e autêntica dos cristãos na política há sinais de esperança, “trazidos pela própria nova ordem constitucional vigente, o espírito de solidariedade das comunidades, o desejo de participação, o dinamismo dos movimentos populares, o ecumenismo, a política a serviço do bem comum, a luta de muitos que sacrificaram a vida pela justiça” (WANDERLEY, 2003, p. 469).

A militância política dos cristãos se torna um apelo social dia da crise político-brasileira perceptível tanto no período da ditadura, como no período da transição desta para o sistema democrático. Existem causas de caráter objetivo desta crise. A primeira delas é a diminuição do poder do Estado. Novos atores transnacionais detêm o poder, fazendo com que “grupos concentrados de poder

econômico, independentemente do Estado, resolvam questões que têm a ver com a vida dos cidadãos” (FERRÉ, 2016, p. 84). Vê-se que os rumos da política são determinados pelas grandes empresas, por empresários ou por instituições que colocam os seus interesses acima do bem comum. Dessa forma, o Estado não é a única instituição pela qual passa a tomada de decisão em prol do bem comum da comunidade. “Os custos das campanhas são multimilionários. Mas o dinheiro utilizado para a política não é dinheiro legítimo, introduzindo o flagelo da corrupção [...]” (FERRÉ, 2016, p. 85).

A segunda causa objetiva é a redução da política a espetáculo. Na era do marketing, era midiocrática, não obstante o trabalho de conscientização da sociedade feito pela Igreja e por outras instituições, a política voltou a ser uma atividade reservada àqueles que manejam muito dinheiro ou, ao menos, àqueles que têm boas ligações com os grandes meios de comunicação de massa. A manipulação cultural, o espetáculo dos heróis e dos vilões, a propaganda que subverte a discussão pública e inteligente e o cerceamento da democracia em função dos interesses de grupos partidários criam no cidadão uma ilusão de democracia, caracterizada como uma verdadeira despolitização.

Outra causa objetiva da crise política é a fragmentação social. São vários grupos sociais com finalidades afins, sendo que apenas um pequeno grupo detém o poder político. A exclusão social, econômica e política, leva o homem comum a tornar-se alheio, “mero espectador de uma política feita por outros, gerando uma compreensível apatia que depois é criticada pelos mesmos que o afastaram objetivamente do seu lugar e da possibilidade de participar” (FERRÉ, 2016, p. 87).

Em meio à crise política surge a esperança. Num mundo em que importa o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento integral dos povos e de todos os homens, “requer propostas verdadeiramente revolucionárias de mudança e ações para realizá-la. É necessária a substituição de estruturas de viciosas por estruturas virtuosas, fundadas na dignidade da pessoa, no destino universal dos bens e na solidariedade” (FERRÉ, 2016, p. 90). São chamados a levar essa esperança, os cristãos e as pessoas de boa vontade, que acreditam num país melhor, livre da corrupção, da exclusão e da fragmentação social. É preciso criar um ambiente em que se viva a verdadeira democracia.

CONCLUSÃO

Diante de uma reflexão crítica e histórica da realidade política e religiosa, percebe-se que, durante o regime militar consolidado em 1964, a Igreja Católica revelou-se como uma instituição de grande relevo no restabelecimento da nova ordem social e da defesa da dignidade humana. A Igreja colocou-se ao lado daqueles que não tinham vez nem voz, tornando-se a voz dos marginalizados e dos perseguidos, dos presos e dos torturados. Para essa tomada de decisão em favor da vida dos mais pobres, teve papel importante o período de reciclagem da Igreja: o Concílio Vaticano II, a organização da comunidade eclesial em pequenas comunidades (CEBs), a reflexão produzida pela Teologia da Libertação.

Além disso, pode-se notar a presença sempre constante de outras entidades e instituições que agiram em conjunto com a Igreja: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira da Imprensa (ABI), os sindicatos das classes trabalhadoras, os órgãos representantes de alguns setores empresariais. Papel decisivo teve a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na defesa e na promoção da dignidade humana durante o golpe militar. O desrespeito aos direitos humanos não foi tolerado pela Igreja. A defesa dos direitos humanos foi uma bandeira defendida pela Igreja em vários setores, especialmente pela Comissão Justiça e Paz, e de muitos modos, como na entrega da própria vida feita por muitos cristãos, assinalando assim, identidade cristã e o compromisso em prol da vida plena de todos.

A participação política autêntica e eficaz assegura a esperança de se construir uma sociedade alicerçada na justiça e na paz, na qual os direitos humanos, a liberdade e o equilíbrio social sejam respeitados. Durante o “interlúdio espartano” da ditadura militar a a luz da esperança foi acesa com coragem o empenho de muitos que se deixaram interpelar pela dor do outro e pela necessidade de uma nova ordem social e política, agora, precisa-se dos sujeitos políticos e de protagonistas da história que façam acontecer a reconstrução de um Estado Democrático de Direito, no qual se assegura a dignidade humana e a política social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. Democracia e Doutrina Social da Igreja. In: LESBAUPIN, Ivo; PINHEIRO, José Ernane (Orgs). **Democracia, Igreja e cidadania: desafios atuais**. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 171-209. (Coleção cidadania).

BARROS, Raimundo Caramuru. A CNBB e o Estado Brasileiro durante o interlúdio espartano: A Igreja e o governo militar de 1964 a 1985. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 149-223.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2000.

DAL CORSO, Marco. Paróquia e religião do povo: paróquias e comunidades no universo rural brasileiro nos últimos 50 anos. In: TORRES-LONDOÑO, Fernando (org.). **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 171-208.

DESCARTE, René. **Discurso do Método, As paixões da Alma, Meditações**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

FERRÉ, Carlos Eduardo. O desafio do compromisso dos cristãos no mundo da política: do descrédito à esperança. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MANZINI, Rosana (Orgs.). **Magistério e doutrina social da Igreja: continuidade e desafios**. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 83-95.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Apud. ARTOLA, Miguel. Textos Fundamentais para la História. Madrid: Revista do Ocidente, 1973.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. In Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural 1974, p.215-235.

KANT, Immanuel. **Prefácio à primeira edição da Crítica da Razão Pura**. In: Textos Seletos. Trad. Raimundo Vier. 3º ed. Petrópolis: Vozes 2005.

LANZA, Fábio. **O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)**. 2001. 169f. Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93282/lanza_f_me_fran.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Editora 70, 1980.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011, v. 3. (Coleção Igreja na História).

PINHEIRO, Pe. José Ernane. Traços da presença da Igreja Católica no Nordeste. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 245-266.

REGAN, David. **Igreja para a libertação: retrato pastoral da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. (Coleção fermento na massa).

RICHARD, Pablo. **A Igreja latino-americana entre o temor e a esperança**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, v. 19. (Libertação e Teologia).

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios da Igreja Católica e política no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (Org.). **Presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 459-479.

WHITAKER, Chico. A contribuição da Igreja Católica do Brasil para a democracia participativa. In: LESBAUPIN, Ivo; PINHEIRO, José Ernane (Orgs). **Democracia, Igreja e cidadania: desafios atuais**. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 75-86. (Coleção cidadania).